

REGRA DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL PREVISTA NO REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS (ARTIGOS 40 E 83 DA LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO)

Município: *Ribeira Grande*

Descrição		31-12-2015	31-12-2016	31-12-2017	30-09-2018
A- Receitas correntes cobradas brutas		16 445 253,17	16 942 806,32	17 400 853,73	13 602 558,17
B- Despesas correntes pagas		10 086 041,75	10 432 993,53	11 024 255,30	7 996 112,03
C- Saldo corrente ((A)-(B))		6 359 211,42	6 509 812,79	6 376 598,43	5 606 446,14
D- Amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo		1 201 170,81	1 124 869,24	1 025 440,16	1 102 023,40
E- Diferença ((C)-(D))		5 158 040,61	5 384 943,55	5 351 158,27	4 504 422,74
Controlo do cumprimento da regra de equilíbrio	5% das receitas correntes cobradas brutas (art 40º, nº3, do RFALEI)	822 262,66	847 140,32	870 042,69	680 127,91
	Conclusão	Cumprimento	Cumprimento	Cumprimento	Cumprimento

Artigo 40.º do RFALEI
Equilíbrio orçamental

1 — Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

3 — O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em de determinado ano, um valor negativo inferior a 5 % das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4 — Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

Artigo 83.º do RFALEI
Equilíbrio orçamental

Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 40.º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.